



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ADRIANA CARLA VENCESLAU

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DO PROGRAMA *ADULTS AND  
CHILDREN TOGETHER* - ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES  
SEGUROS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Seropédica - RJ

2018

ADRIANA CARLA VENCESLAU

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DO PROGRAMA *ADULTS AND  
CHILDREN TOGETHER* - ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES  
SEGUROS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção  
do título Formação de Psicólogo no curso de Psicologia.  
Instituto de Educação. Departamento de Psicologia.  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Seropédica - RJ

2018

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

ADRIANA CARLA VENCESLAU

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DO PROGRAMA *ADULTS AND  
CHILDRENTOGETHER* - ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM  
AMBIENTES SEGUROS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA  
LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovada como requisito parcial para obtenção de título Formação de Psicólogo no curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

---

Prof<sup>ª</sup>Dr<sup>ª</sup> Ana Cláudia de Azevedo Peixoto  
(Departamento de Psicologia-UFRRJ)

Examinador 1:

:

---

Mestra Aline da Silva Dias Maia  
(Mestre em Psicologia – UFRRJ)

## RESUMO

A violência está presente no cotidiano das crianças em diversas formas e diferentes ambientes. Os estudiosos que nos últimos tempos têm se debruçado sobre o tema, lhe conferem um caráter de cronicidade e também de ambiguidade, ora sendo considerada como fenômeno positivo, ora como negativo, o que retira de sua definição qualquer sentido positivista e lhe confere o *status* de fenômeno complexo e um problema de saúde pública. Por isso somos desafiados a investigar as faces deste fenômeno, bem como as formas de ensino e aprendizagem adotadas pelas famílias, os estilos e as práticas parentais visando a prevenção deste problema. Neste escopo o presente trabalho teve como objetivo investigar os processos de intervenção através da Psicoeducação sobre a prevenção da violência através do programa *AdultsandChildrenTogether - Raising Safe Kids* (ACT-RSK) para educar crianças em ambientes seguros. Desta forma foi realizada uma revisão integrativa de literatura de caráter exploratório. Para o levantamento buscou-se artigos publicados entre 2014 a 2018 nas bases de dados *Eletronic Library Online-SciELO*, banco de teses e de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePSIC e *Google Scholar*. A partir dos trabalhos encontrados, foram desenvolvidas categorias pertinentes a Prevenção da violência contra crianças e relevância para um desenvolvimento saudável; Estratégias de intervenção com as famílias em situação de violência doméstica contra crianças e sobre a importância da rede de apoio social efetiva no enfrentamento da violência contra crianças. Foi possível concluir sobre a necessidade e importância em efetivar programas de prevenção primária à violência no contexto brasileiro, considerando a importância do trabalho interdisciplinar e em rede que dê suporte, tanto teórico como prático ao fenômeno da violência contra a criança e adolescente no Brasil.

Palavras-chave: programa *AdultsandChildrenTogether* – ACT. Prevenção da violência. Estilos e práticas parentais. Revisão Integrativa.

## ABSTRACT

Violence is present in the daily lives of children in diverse forms and different environments. The scholars who have recently studied the subject, give it a character of chronicity and also of ambiguity, now being considered as a positive phenomenon, sometimes as a negative phenomenon, which removes from its definition any positivist sense and gives it the status of complex phenomenon and a public health problem. Therefore we are challenged to investigate the faces of this phenomenon, as well as the forms of teaching and learning adopted by families, styles and parental practices aimed at preventing this problem. In this scope the present work had the objective of investigating the intervention processes through the Psychoeducation on the prevention of violence through the program Adults and Children Together - Raising Safe Kids (ACT-RSK) to educate children in safe environments. In this way an integrative review of exploratory literature was carried out. For the survey, articles published between 2014 and 2018 were researched in the databases Electronic Library Online - SciELO, theses and periodicals database of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, Electronic Periodicals in Psychology - PePSIC and Google Scholar. From the works found, relevant categories were developed: Prevention of violence against children and relevance for healthy development; Intervention strategies with families in situations of domestic violence against children and on the importance of the network of social and affective support in coping with violence against children. It was possible to conclude about the necessity and importance of implementing programs of primary prevention to violence in the Brazilian context, considering the importance of interdisciplinary and networked work that supports theoretical and practical support for the phenomenon of violence against children and adolescents in Brazil.

**Keywords:** Adults and Children Together – ACT program. Prevention of violence. Parenting styles and practices. Integrative Review.

## LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1: Artigos selecionados para análise e categorização .....30

## LISTA DE FIGURAS

1. Figura 1: Guia de Avaliação-ACT ..... 24
2. Figura 2: Manual do Facilitador-ACT ..... 24
3. Figura 3: Manual de Entrevista Motivacional ..... 25
4. Figura 4: Caderno para Pais ..... 25

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	11
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	13
3.1. Objetivo Geral .....	13
3.2. Objetivos Específicos .....	13
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
4.1. Violência contra Criança e Adolescentes: Conceito, Tipos e Consequências .....	14
4.2. Psicoeducação: Ferramenta essencial no trabalho com os pais na prevenção da violência .....	20
4.3. Programa <i>Adults and Children Together-Raising Safe Kids</i> (ACT-RSK) .....	22
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	26
5.1. Tipo de Pesquisa .....	26
5.2. Instrumento .....	26
5.3. Procedimentos .....	26
<b>6. RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	29
6.1. Prevenção da violência contra crianças e sua relevância para um desenvolvimento saudável .....	31
6.2. Estratégias de intervenção com as famílias em situação de violência doméstica contra crianças .....	32
6.3. Importância da rede de apoio social efetiva no enfrentamento da violência contra crianças.....	34
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39

## 1. INTRODUÇÃO

Poder contribuir para o suporte educacional às famílias, compartilhando instrumentos, através do Laboratório de Estudos sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes-LEVICA em parceria com a Dr<sup>a</sup> Julia M. Silva, Psicóloga e Diretora do Escritório de Prevenção da violência da Associação Psicológica Americana-APA e foi um grande privilégio e uma oportunidade de crescimento profissional. Temos como finalidade orientar, empoderar, responsáveis e cuidadores através de um programa educacional, com intuito de proteger, defender e educar crianças em ambientes seguros, utilizando o programa Educando Crianças em Ambientes Seguros. O tema é relevante, pois observa-se na realidade nacional, padrões disfuncionais e violentos sendo utilizados na educação de filhos, assim, o programa tem a proposta de contribuir com uma ação preventiva para evitar consequências negativas na dinâmica de funcionamento das famílias Brasileiras. É possível observar que iniciativas como esta, de utilizar um programa para desenvolver habilidades parentais educativas vem ao encontro de nossa formação, nos estimulando a pensar e levantar possibilidades e formas de intervir sobre quadros de violências. Somos desafiados a investigar as muitas faces deste fenômeno da violência infanto-juvenil, bem como as formas de ensino aprendizagem utilizadas pelas famílias e os estilos e práticas parentais desenvolvidas.

A violência está presente no cotidiano das crianças em suas diversas formas e em diferentes ambientes, seja na televisão, no ambiente escolar, na família ou na comunidade, o que pode trazer efeitos prejudiciais ao seu desenvolvimento, especialmente em crianças mais novas. Este cenário se apresenta como um grande desafio no que se refere à violência infantil, pois o ambiente de casa deveria ser o local adequado para que cada criança se sinta segura e protegida, que se desenvolva de forma saudável (SILVA, 2014).

Para entender as questões da violência intrafamiliar, é necessário um levantamento sistêmico deste fenômeno, com a finalidade de análise e intervenção na forma de educar e orientar nossa futura geração de cidadãos para que cresçam saudáveis e equilibrados. A Violência Intrafamiliar Infantil é definida como aquela que acontece dentro da família ou até mesmo no lar onde a criança convive; cometida por algum parente ou pessoas que tenham função parental, ainda que sem laço de consanguinidade, e pode ser caracterizada de formas diferentes como: física, psicológica, sexual e

negligência. Geralmente é mantida por meio das relações de subordinação e dominação e é um dos principais motivos para as crianças fugirem de casa e do convívio familiar (MAIA; WILLIAMS, 2005).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi o de realizar uma Revisão Integrativa de Literatura sobre a utilização do Programa *AdultsandChildrenTogether* - ACT no contexto de prevenção da violência infantil no Brasil.

O programa *AdultsandChildrenTogether* - ACT visa ensinar as etapas do desenvolvimento, enfatizando a importância de os pais desempenharem um papel positivo para a criança no sentido de monitorar e guiar o comportamento dessa, sem o uso da violência e utilizar práticas pró-sociais.

Segundo o manual do Programa Educando Crianças em Ambientes Seguros, os responsáveis precisam criar relações seguras e afetuosas com os filhos, bem como experiências positivas. Ressalta que na questão da violência infantil, precisa-se pensar que existem fatores individuais e sociais envolvidos neste fenômeno. Portanto, trabalhar neste cenário configura-se um grande desafio, que é envolver os pais e responsáveis em uma educação eficaz, para que nossos pequenos tenham uma vida adulta com qualidade e equilíbrio.

## 2. JUSTIFICATIVA

A Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>1</sup> classifica a violência contra a criança em quatro tipos, abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência, os quais podem resultar em danos físicos e psicológicos; prejuízo ao crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças. Uma criança que nasce em um lar violento está exposta a fatores de risco ao seu desenvolvimento (Koller, 1999). De modo geral, mesmo não sendo vítima direta da violência, a criança pode apresentar problemas em decorrência da exposição à *violência conjugal*. Para Sinclair<sup>2</sup> (1985 citado por MAIA; WILLIAMS, 2005), uma criança que convive com a violência ou ameaça do pai contra a mãe é uma criança que precisa de proteção, pois tem risco de ser ela própria física e sexualmente abusada.

A violência é um fenômeno complexo, mais que isso, em relação a ela, a soma das verdades individuais não reproduz a verdade social e histórica, e os mitos e crenças a seu respeito costumam distorcer a realidade como num espelho invertido (MINAYO; SOUZA, 1999).

Para Gonçalves e Ferreira (2002) o reconhecimento da ocorrência de maus-tratos contra crianças trouxe como consequência direta à necessidade de protegê-las. Tal proteção tem início oficialmente com a notificação da violência à autoridade competente. As autoras afirmam que:

No Brasil, os maus-tratos contra a criançasó passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80. Nessa época, os maus-tratos foram tratados na Constituição Federal (art. 227)(Brasil, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), que tornaram obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados (art. 13), prevendo penas para os médicos, professores e responsáveis por estabelecimentos de saúde e educação que deixassem de comunicar os casos de seu conhecimento (art. 245). Em 1999, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ, 1999), com a Resolução SES no 1.354, tornou compulsória a notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes até 18 anos incompletos e contra portadores de deficiência, o que indica reconhecimento da relevância do problema e a disposição de combatê-lo (GONÇALVES; FERREIRA, 2002, p. 316).

---

<sup>1</sup>World Health Organization (WHO). *Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneva: WHO; 2006.

<sup>2</sup> Sinclair, D. (1985). *Understanding wife assault: a training manual for counselors and advocates*. Toronto: Ontario. Publishing Company.

Nunes e Sales (2016) concordam que a violência, no meio infantil, se traduz em um forte estressor em relação ao processo normal de crescimento e desenvolvimento, devendo ser considerado em sua totalidade, para o seu pleno reconhecimento, a fim de se poder implantar medidas eficazes para sua resolução. Mais do que qualquer outro tipo de violência, a cometida contra a criança não se justifica, pois as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, do poder público e da sociedade.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. Objetivo Geral

Realizar uma Revisão Integrativa de Literatura sobre a utilização do Programa *AdultsandChildrenTogether*- ACT no contexto de Prevenção da Violência Infantil no Brasil.

#### 3.2. Objetivos Específicos

- Fazer um levantamento de artigos publicados nas bases de dados dentro do tema definido;
- Elaborar categorias analisadas em comum nos trabalhos acessados.
- Aprofundar os estudos sobre violência infanto-juvenil e suas consequências através do Programa *AdultsandChildrenTogether* – ACT.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES: CONCEITO, TIPOS E CONSEQUÊNCIAS

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência é “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002). O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a todo menino e menina o direito à proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas públicas que permitam seu nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso. A força da lei, no entanto, não tem sido suficiente. Nossas crianças e nossos adolescentes, todos os dias, são vítimas de diversos tipos de violência. Têm seus direitos violados, sua vida ameaçada, seus sonhos interrompidos.

Em 1990, entra em vigor, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal n. 8069, 1990), responsável por muitas mudanças no cenário brasileiro, em relação à visão dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo esse um instrumento importante para a proteção de crianças e jovens. Cabe destacar a obrigatoriedade estabelecida pelo ECA em seu artigo 245 de que todo profissional das áreas social, educação ou saúde, deva comunicar à autoridade competente os casos de seu conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente, cabendo pena prevista caso tal comunicação não ocorra. O ECA prevê como medidas de proteção em casos

de violência infantil desde a orientação da família, a inserção na escola, a articulação família/comunidade, a ordenação de atendimento médico-psicológico até o abrigo ou a colocação em família substituta (art. 101). Nos casos em que o agressor reside com a criança ou adolescente e sua permanência no ambiente familiar configura-se uma situação de risco, pode ser determinado o seu afastamento do lar (art. 130) ou a suspensão de visitas como uma medida cautelar.

Para entender as questões da violência intrafamiliar, é necessário um levantamento sistêmico deste fenômeno, com a finalidade de análise e intervenção na forma de educar e orientar nossa futura geração de cidadãos para que cresçam saudáveis e equilibrados.

A criança agredida em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência, fica exposta a uma situação de grande desamparo. O fato de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio que costuma envolver as pessoas mais próximas nesse tipo de situação, estilos parentais disfuncionais e mesmo as redes de apoio ineficazes, podem ser considerados fatores de risco para a criança e podem apresentar consequências extremamente prejudiciais ao seu desenvolvimento e ao seu ambiente social a curto e a longo prazo (GARBIN; QUEIROZ; COSTA; GARBIN, 2010; GALLO; WILLIAMS, 2008).

Atualmente temos visto um cenário com grandes desafios no que se refere à violência infantil, pois o ambiente de casa deveria ser o local adequado para que o indivíduo se sinta seguro e protegido, contando com estilos parentais estruturados, para o desenvolvimento sadio. A violência familiar inscreve-se no horizonte da violência cultural que diz respeito às expressões de violência racial, étnica, de gênero ou de grupos etários e manifesta-se nas relações interpessoais. A cultura da violência é um ciclo que se reproduz e tende a se perpetuar, se não existir uma interferência capaz de o interromper.

A violência doméstica é o fator que mais estimula crianças e adolescentes a viverem nas ruas. As causas do abuso físico contra a criança e o adolescente são multifatoriais e devem ser compreendidas ecologicamente, através das perspectivas social, familiar e pessoal (GARBARINO; ECKENRODE, 1997; PELCOVITZ E COLS., 2000; SEPMITUS BERGER, 1999).

O abuso físico é mais facilmente identificável quando há lesões orgânicas diagnosticáveis, como cutâneas e ósseas, problemas neurológicos e oculares etc. Estas lesões podem ser provocadas por ações de força contra a criança ou adolescentes que envolvem, surras, queimaduras, mordidas e tapas, socos ou lançamentos de objetos contra o corpo deles (FARINATTI, BIAZUS; LEITE, 1993; GARBARINO, 1997; RYAN; BOOTH, 2000).

Temos também, neste quadro multifatorial da violência, segundo Ceconello et al., (2003), a disciplina coercitiva, por outro lado, caracteriza-se por práticas que utilizam a aplicação direta da força e do poder dos pais (HOFFMAN, 1975). Tais práticas incluem punição física e privação de privilégios ou ameaças, compelindo a criança a adequar seu comportamento às reações punitivas dos pais. Estas práticas podem provocar emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade da criança para ajustar seu comportamento à situação. As estratégias coercitivas provocam o controle do comportamento baseado na ameaça de sanções externas e intensificam a percepção de valores e do padrão de ação moral como externos, enquanto as estratégias indutivas favorecem a internalização moral (HOFFMAN, 1975).

Violência psicológica está definida neste trabalho como a agressão de um adulto sobre o desenvolvimento do eu e da competência social de uma criança ou de um adolescente, configurando um comportamento psicologicamente destrutivo. São apresentadas cinco formas distintas de abuso: (a) rejeitar: o adulto se recusa a reconhecer o valor e a legitimidade das necessidades infantis; (b) isolar: o adulto exclui a criança de experiências normais, a impede de estabelecer amizades e a faz acreditar que está só no mundo.; (c) aterrorizar: o adulto agride verbalmente a criança, cria um clima de medo, humilha e amedronta a criança e a faz acreditar que o mundo é imprevisível e hostil; (d) ignorar: o adulto nega estímulo e responsabilidade para com a criança, reprimindo seu crescimento emocional e desenvolvimento intelectual; (e) corromper: o adulto socializa erroneamente a criança, estimulando-a a se engajar em comportamento antissocial destrutivo, reforçando o desvio das normas sociais e a fazendo adotar atitudes impróprias para a vida social (GARBARINO et al., 1986, p. 8).

Na família, pais praticam esse tipo de abuso com frequência, muitas vezes criando um clima familiar desrespeitoso, que tende a se estabelecer como mecanismo de resolução de problemas familiares. Nesse processo, engendram-se formas negativas de

relacionamento interpessoal que se manifestam também na vida escolar e comunitária dos filhos. Considera esse problema como sinônimo de maus-tratos psicológicos, definindo-o da seguinte forma: “agressões verbais ou gestuais, com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda isolá-la do convívio social” (p. 51). A importância de se diagnosticar, prevenir e compreender as consequências da violência psicológica está no fato de que impede significativamente o desenvolvimento psicossocial da criança ou do adolescente. Afeta o desenvolvimento da autoestima, do autoconceito, da competência social e da capacidade da criança e do adolescente estabelecer relações interpessoais. A convivência com esse tipo de maltrato dificulta a criação de um ego, “firme e flexível o bastante para conciliar as contradições da organização humana, para integrar as diferenças individuais e emergir da infância com um senso de identidade e integridade” (GARBARINO et al., 1986, p. 7). Um dos maiores pesquisadores desse tipo de violência é James Garbarino que publicou um livro junto com alguns colaboradores, tornando-se um marco na área: *The Psychologically Battered Child*.

A violência sexual é uma das formas de abuso frequentes no ambiente familiar. Os estudos mostram que as principais vítimas são meninas e os agressores são o pai, o padrasto ou ainda pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima. Essa forma de abuso costuma ter como consequência a gravidez precoce de adolescentes e abortos clandestinos; o abandono do lar pelas meninas e meninos, e a intensificação de crianças vivendo nas ruas. Também tem impacto sobre a saúde das vítimas, tanto do ponto de vista físico como mental, exteriorizando-se a curto, a médio e a longo prazo (SADIGURSKY; MAGALHÃES, 2002). Do ponto de vista físico, os agravos devem ser observados em todas as áreas envolvidas nas práticas sexuais, como boca, mamas, genitais, região perineal, nádegas e ânus. As lesões podem se apresentar como hiperemia, edema, hematomas, escoriações, fissuras, rupturas, sangramentos, gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. Do ponto de vista emocional, há uma variedade de sintomas associados, dependendo da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato. Observa-se, em geral, que as vítimas têm mais dificuldade de aprendizagem, distúrbios de comportamento como dispersão, fobias e terror noturno, comportamentos autodestrutivos, isolamento social, precoces atitudes erotizadas com

interesse por brincadeiras sexuais, dificuldade para fazer amizades, baixa autoestima e depressão.

As negligências representam omissão em relação à proteção integral. Expressam-se na falta de provimento de alimentos, roupas, cuidados escolares e médicos e de outros que são necessários ao desenvolvimento e crescimento infantil e juvenil. Em pesquisa específica, Deslandes (1994) encontrou um percentual de 23,4% desse tipo de agravo registrado num serviço voltado para prevenir violências. A negligência costuma se apresentar em situações limítrofes entre pobreza e maus-tratos. Ou seja, uma vez que a negligência se define pela omissão de cuidados e de atendimento às necessidades das crianças, a reconhecida ausência de condições econômicas de famílias em situação de pobreza e miséria dificulta um julgamento mais preciso entre a prática abusiva e a impossibilidade de prover os requisitos para seu crescimento e desenvolvimento. No entanto, nas classes média e alta, a ausência real e moral dos pais em relação ao diálogo, ao afeto e à atenção aos filhos é muito frequente, tendo fortes repercussões no comportamento infantil e juvenil. Do ponto de vista físico e afetivo, frequentemente se encontram nas crianças negligenciadas lesões de pele por repetição da má higiene corporal; desnutrição; calendário vacinal desatualizado; tratamentos médicos inadequados, por vezes levando à reincidência de internações; acidentes domésticos frequentes; inadequação do nível de escolaridade à idade cronológica; absenteísmo da escola e omissão de atenção e de limites frente às várias situações do cotidiano.

As consequências da violência contra a criança podem ser devastadoras para o desenvolvimento da infantil. Meta-análises englobando dados de mais de 36 mil pessoas e 88 estudos sobre o tema confirmaram que o castigo corporal em suas diversas formas está relacionado ao aumento do comportamento agressivo, antissocial e infracional em crianças; empobrecimento das relações entre pais e filhos; problemas de saúde mental infantil e maior risco de ser vítima de violência física. Na fase adulta, há risco para o aumento da agressão e do comportamento antissocial; problemas de saúde mental, e aumento do risco de abusar do próprio cônjuge ou do filho (GERSHOFF,2002).

Segundo Reppoldet al. (2002) apud Maia e Williams (2005), os eventos estressantes da vida, considerados como quaisquer mudanças no ambiente que normalmente induzem a um alto grau de tensão e interferem nos padrões normais de resposta do indivíduo, têm sido associados a uma grande variedade de distúrbios físicos e mentais. Barnett (1997) afirma que nenhum outro fator de risco tem uma associação

mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança. Segundo tal autor, as sequelas do abuso e da negligência abrangem grande variedade de domínios do desenvolvimento, incluindo as áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional. As crianças maltratadas, geralmente, apresentam déficit em suas habilidades de regular afeto e no comportamento geral.

Os efeitos da observação da violência podem ser entendidos com base na teoria da Aprendizagem Social. Tal teoria sustenta que padrões aprendidos por crianças em um lar violento agem como modelos de como se comportar em interações sociais (BANDURA, 1976). Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000), a característica essencial dos transtornos dissociativos é uma perturbação nas funções habitualmente integradas de consciência, memória, identidade ou percepção de ambiente. Cabe ressaltar, contudo, que o ciclo de violência dentro da família pode ser rompido pela existência de fatores mediadores, como a rede de apoio social, a coesão familiar e a resiliência infantil e familiar (BOLGER, THOMAS & ECKENRODE, 1997; CECCONELLO, 2003; KASHANI; ALLAN, 1998). A capacidade das pessoas ou do sistema familiar de romper com a situação de violência e superar o evento revela esta condição de resiliência. Alguns fatores de proteção contribuem para que o ciclo de abuso seja interrompido.

#### 4.2. PSICOEDUCAÇÃO: FERRAMENTA ESSENCIAL NO TRABALHO COM OS PAIS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Quando pensamos no contexto da prevenção primária da violência é essencial um trabalho de orientação, é importante assegurar aos pais e cuidadores informações básicas a respeito dos temas relevantes para promover a criança um ambiente seguro e saudável. Essa orientação se dá por meio de discussões e leituras, oferecendo aos pais folhetos que informem sobre os assuntos tratados (FRIEDBERG, 2004).

Frequentemente os pais esperam demais ou muito pouco dos filhos, o que gera conflitos. É preciso entender, segundo Friedberg (2004), o que é comportamento desejável, e o que é comportamento esperado, criando expectativas realistas em relação a criança. Técnicas para aumentar comportamentos desejáveis sendo “proativo”, geralmente são aplicadas antes que um comportamento negativo tenha ocorrido. Esse processo ensina aos pais a cativar os filhos, comportando-se adequadamente.

A modelagem envolve reforçar passos graduais em direção ao comportamento desejado. Cada passo é como um subobjetivo para o comportamento total desejado. Ensinar os pais a usarem uma variedade de reforçadores aumentará sua efetividade e impedirá o hábito da criança a qualquer reforçador. Elogio verbal, reforço físico, atividades prazerosas e recompensas palpáveis podem ser utilizadas pelos pais. Ensinar aos pais estratégias mais efetivas para dar instruções diminuirá seu número e sua frequência, aumentando ainda as taxas de obediência das crianças (BARKLEY, 1997 citado por CIRCE; SALCIDES, 2011).

Para Greshan (1997 apud CIRCE; SALCIDES, 2011) ensinar habilidades sociais aos pais visando alterar os comportamentos dos filhos significa estabelecer condições propícias para a redução e prevenção de comportamento antissociais das crianças e para melhora do desempenho acadêmico.

A orientação de pais pressupõe que as habilidades necessárias para a educação e o cuidado de crianças e adolescentes são aprendidas. Entende-se que algum tipo de déficit de habilidades próprias do papel parental é em parte responsável pelo desenvolvimento e/ou manutenção dos problemas de comportamento apresentados pela criança. (McMahon, 1996 citado por CIRCE; SALCIDES, 2011). Essa orientação é uma intervenção estruturada e com objetivos definidos, como apresentados abaixo:

- Ajudar os pais a se sentirem competentes em relação ao processo de cuidado e disciplina do filho.
- Ensinar a realizar análise funcional do comportamento da criança.
- Ensinar princípios da análise do comportamento.
- Discutir crenças relacionadas com a ‘causa’ dos problemas de comportamento.
- Sensibilizar os pais quanto a importância da empatia com os filhos e de conhecer os seus interesses.
- Treinar a observação e a valorização dos comportamentos adequados.
- Desenvolver repertórios relacionados ao estabelecimento de regras e ao gerenciamento de contingências para que essas sejam respeitadas.
- Ensinar formas alternativas à punição de consequenciar comportamentos inadequados.

A empatia e a efetividade são fundamentais na relação entre pais e filhos e têm sido frequentemente citadas nos estudos sobre socialização. Ampliar o repertório afetivos dos pais em relação ao filho é o objetivo do treinamento. Para que as técnicas disciplinares sejam eficazes é necessário que os pais estejam envolvidos com os filhos e ofereça amor e apoio. (BAUMRIND, 1997 apud CIRCE; SALCIDES, 2011).

Segundo Petersen, as razões para se abordar as causas dos problemas de comportamento dos filhos é aumentar a crença deles na possibilidade de mudanças.

Também será necessário esclarecer que os comportamentos que são valorizados pela família e esperados da criança devem ser ensinados (MARINHO, 2001).

#### 4.3. PROGRAMA *ADULTS AND CHILDREN TOGETHER - RAISING SAFE KIDS* (ACT-RSK)<sup>3</sup>

O programa ACT- *AdultsandChildrenTogether - Raising Safe Kids* (ACT-RSK) estabelecido pela *American Psychological Association*– APA, surgiu com o intuito de traduzir achados da pesquisa em desenvolvimento infantil, bem como áreas da violência e ciência preventiva, preocupados com o período crítico no início da infância, com impacto longo e duradouro e, portanto, merecedor de uma intervenção abrangente (SILVA; RANDALL, 2005). O programa *AdultsandChildrenTogether*- ACT tem por objetivo ensinar adultos importantes na vida da criança a servirem de modelos positivos para ela, resolvendo conflitos sem violência e controlando respectivas raivas e frustrações. Dissemina o conhecimento baseado em evidências sobre a primeira infância e prevenção à violência àqueles que lidam com esse público, com a finalidade de auxiliar as crianças a não serem agressivas na resolução de conflitos e encorajando, ainda, a colaboração entre organizações comunitárias no quesito prevenção (SILVA, 2014).

O Programa de Treinamento do *AdultsandChildrenTogether*- ACT consiste em um *workshop* anual de três dias organizado pela APA em Washington, EUA e em comunidades locais por profissionais capacitados quanto ao *AdultsandChildrenTogether*- ACT, e para membros da comunidade de todo o país, sendo uma oportunidade de disseminar as informações do programa (SILVA; RANDALL, 2005). Com o objetivo de fazer com que a prevenção da violência seja parte da comunidade e de educar adultos como modelos positivos para as crianças, o

---

<sup>3</sup>Traduzido para o português como “Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros” (SILVA, 2014).

primeiro *workshop* ocorreu em 2001, em Washington, na sede da APA (SILVA; RANDALL, 2005).

De acordo com seus idealizadores, a noção da violência enquanto comportamento

aprendido primeiramente na infância é o conceito responsável pelo desenho do programa. Logo, é crucial ensinar aos pais e cuidadores, habilidades necessárias para se garantir ambientes seguros para crianças (SILVA, 2014). Em consonância com teorias comportamentalistas, durante as aulas do programa os pais são ensinados a usar de forma efetiva estratégias para mudança dos comportamentos tidos como “difíceis” das crianças. Os adultos são ensinados a utilizar o reforço pró-social ao comportamento adaptativo da criança, e planejar consequências apropriadas para o seu comportamento-problema, sendo o ambiente em que esse ocorre, e as respostas subsequentes dos adultos, os alvos da intervenção (KNOX; BURKHART; HUNTER, 2010).

O programa adota também a teoria da Aprendizagem Social, que enfatiza que o comportamento agressivo é aprendido pela observação de modelos de outros (BANDURA, 1973): a criança aprende a agressão por meio da observação de um modelo agressivo, e o reforço e a punição desempenham um papel no surgimento ou inibição dessa modalidade comportamental (SILVA, 2014).

Segundo Guttman e Mowder<sup>4</sup> (2005, apud, SILVA, 2014), a literatura aponta que assistir cenas/imagens de violência é fator contribuinte para o desenvolvimento da agressão, logo, a demanda de educar pais e profissionais a esse respeito. Um dos diferenciais do programa *AdultsandChildrenTogether- ACT* é justamente o reconhecimento de que as crianças aprendem sobre violência pela exposição à mídia, e não tão somente com os adultos influentes na comunidade (pais e professores que participam da rotina dessas crianças). O programa procura ensinar adultos a entenderem e reduzirem o impacto da violência na mídia em crianças pequenas (SILVA; RANDALL, 2005), pelo monitoramento e controle de acesso da criança a tal tipo de violência, além de ensiná-la e ajudá-la a interpretar e lidar com a exposição à violência da mídia.

O programa *AdultsandChildrenTogether- ACT* (SILVA, 2011) contém diversos manuais para sua aplicação: (a) um Manual para os Pais ou Cuidadores em que há folhas informativas referentes aos assuntos tratados a cada sessão; (b) o Manual do

---

<sup>4</sup> Guttman, M, Mowder, B.A., & Yasik, A.E. (2006a). Early violence prevention programs: Implications for violence prevention against girls and women. *Annals New York Academy of Sciences*, 90-102.

Facilitador, em que se descreve cada encontro do programa, explanando passo-a-passo as atividades para aplicação no grupo; (c) o Manual de Entrevista Motivacional (EM) em que é trabalhada a motivação e nível de prontidão dos participantes para a mudança, sendo tal material apresentado antes da primeira sessão e ao final das sessões 5 e 8 do programa; (d) um Guia de Avaliação. Essa abordagem permite a observação de comportamentos e sentimentos e outros fenômenos que constroem subjetividade e o trabalho em grupo. A seguir uma breve ilustração do programa *AdultsandChildrenTogether*– ACT.

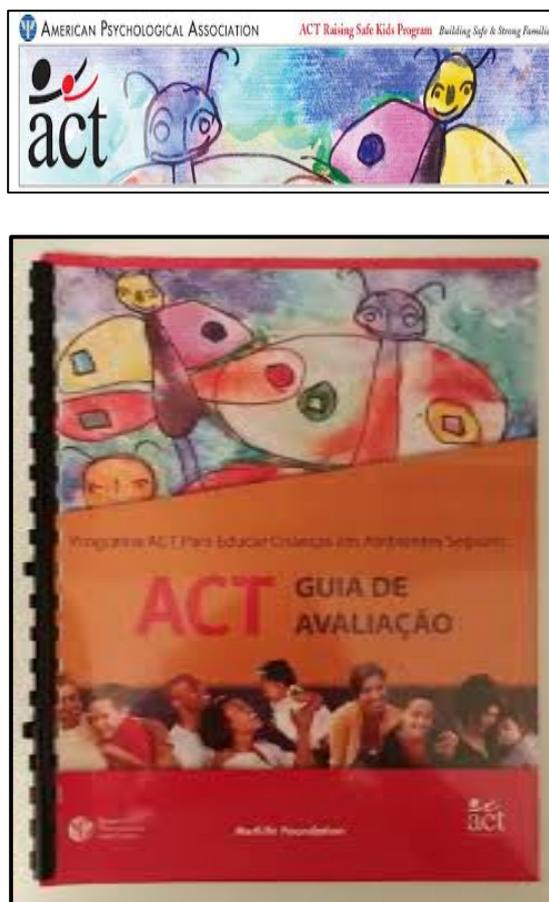


Figura 1 Guia de Avaliação- ACT

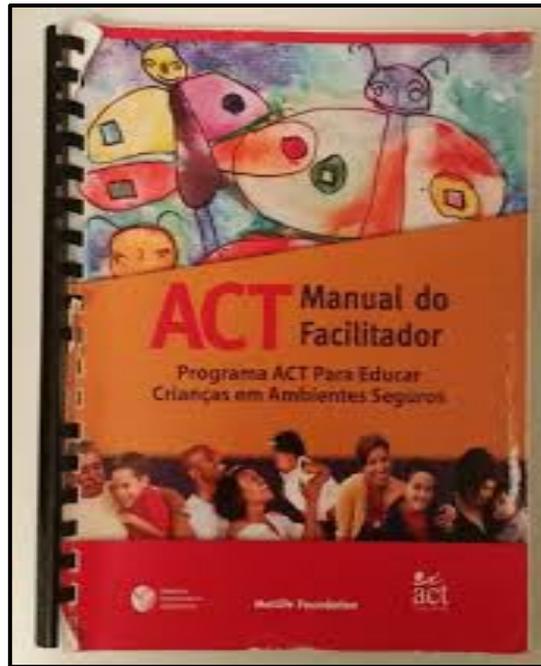


Figura 2 Manual do Facilitador- ACT

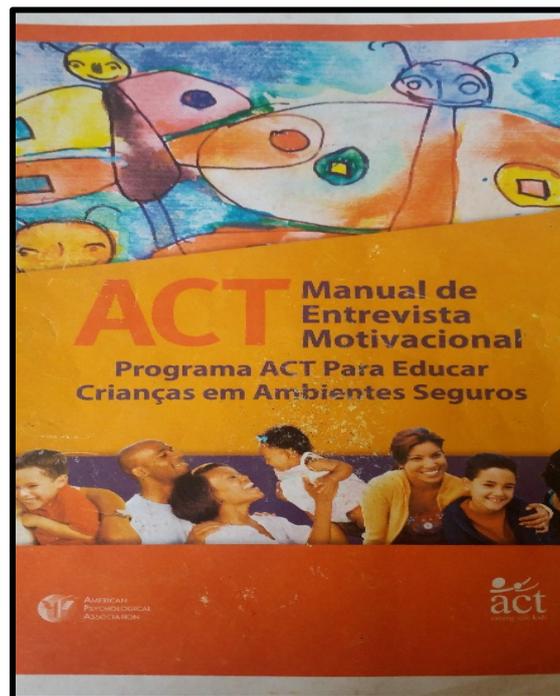


Figura 3 Manual de Entrevista Motivacional

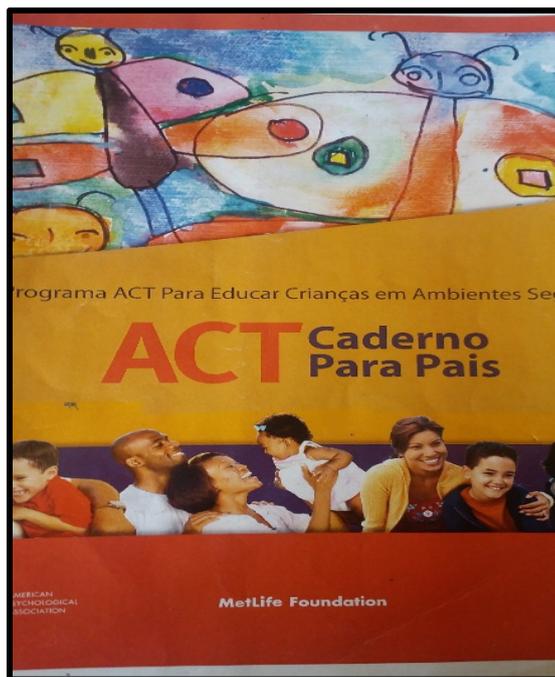


Figura 4 Caderno para Pais

## 5. METODOLOGIA

### 5.1. TIPO DE PESQUISA

Para realizaresta pesquisa adotou-se o recurso metodológico de revisão bibliográfica de literatura, utilizando-se uma abordagem de cunho qualitativa, cuja compreensão e explicação da dinâmica estão associadas as relações sociais, atentando para uma realidade observacional que não pode ser mensurada através de análises numéricos, mas se destacam através de qualidades observáveis buscando compreensão através de fenômenos, ações, processos e relações humanas, a partir da temática sobre violência infantil que utilizaram o programa ACT, um programa para educar crianças em ambientes seguros (MINAYO, 2001).

De acordo com De Souza et al., (2010) a revisão integrativa de literatura é a mais ampla abordagem metodológica referente as revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Estabelece dados da literatura teórica e empírica, incorporando um vasto leque de propósitos como definição de conceitos, revisão de teorias e evidencias, e análises de problemas metodológicos de um tópico particular. A análise dos dados

extraídos dos artigos foi realizada de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

## 5.2. INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados para realização deste estudo foram artigos científicos.

## 5.3. PROCEDIMENTOS

Para a realização deste estudo, foram realizadas a observação das seguintes etapas: Definição do tema da pesquisa; Buscas nas bases de dados; Escolhas de critérios de inclusão e exclusão; Seleção das referências; Leitura integral dos textos; Análise e interpretação dos dados das referências e Construção das discussões. Este modelo foi baseado na descrição das autoras Mendes, Silveira e Galvão (2008). Seguem as caracterizações de etapas utilizadas neste trabalho.

### *a) Definição do Tema*

A violência é um fenômeno social e de saúde pública, com maior exacerbação quando acontece na infância, provocando um impacto no desenvolvimento e uma catastrófica repercussão no comportamento na vida adulta. Nunes e Sales (2016) afirmam que mais do que qualquer outro tipo de violência, a cometida contra a criança não se justifica, pois, as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, do poder público e da sociedade.

A problemática alcançou relevância política e visibilidade entre a sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1990, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 8.069, que tem por finalidade: “Garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência”.

### *b) Buscas nas Bases de Dados*

Para este estudo, foram inclusos artigos do Brasil, Portugal e como base principal o programa desenvolvido nos Estados Unidos. Publicados nos últimos cinco anos (2013 e 2018) disponíveis na íntegra e em língua portuguesa. A busca foi realizada nas bases de dados indexadas: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), banco de teses e de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Google Scholar.

Estabeleceu-se um conjunto de palavras-chave, que, combinadas entre si, poderiam abarcar o número máximo de pesquisas ligadas ao tema. Para a busca das publicações nas bases de dados foram utilizados os seguintes descritores: “violência + criança”; “violência + prevenção”; “programa ACT + criança”; “programa ACT+ pais”; “educação parental+ criança+ prevenção”; “violência + infantil”.

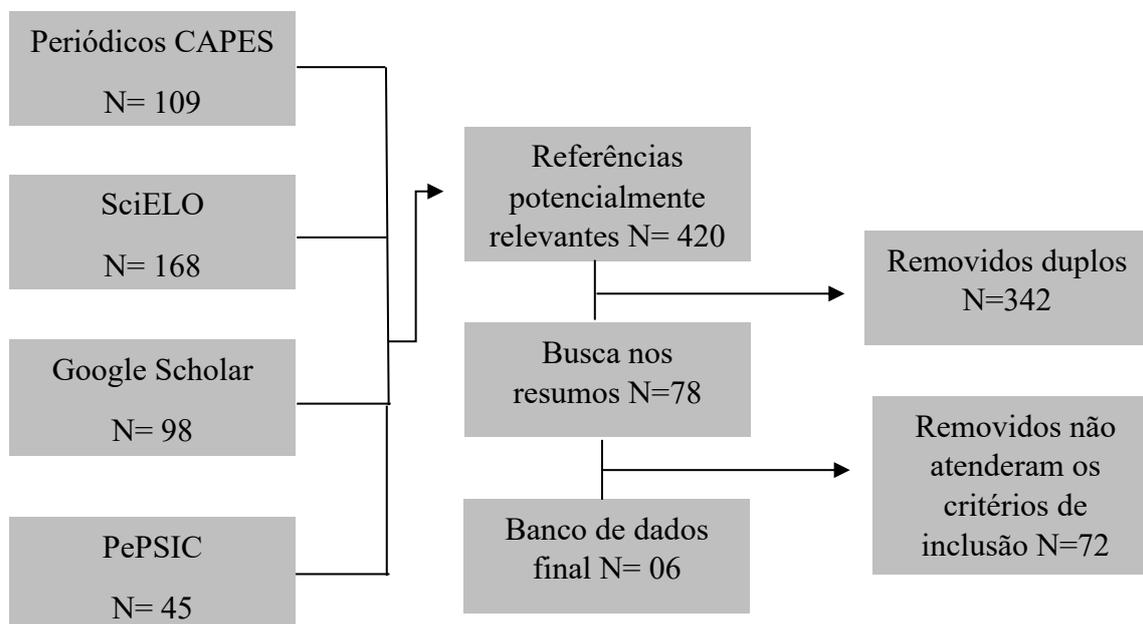
### *c) Escolhas de critérios de inclusão e exclusão*

Para uma compreensão global dos textos, a análise das referências selecionadas ocorreu a partir da leitura, sobre os principais achados referentes ao tema prevenção da violência infantil através do programa *Adults and Children Together* - ACT. Foram incluídas nesta busca eletrônica: a) produção científica empírica; b) realizadas com crianças de todas as idades; c) que utilizaram o programa *Adults and Children Together* - ACT; d) artigos publicados em língua portuguesa. Os critérios de exclusão determinados foram: a) estudos cujos temas não correspondiam à prevenção da violência; b) estudos que não estivessem disponibilizados integralmente. Os artigos foram tabulados e categorizados via Google Planilhas.

A análise dos documentos indicados foi realizada através da leitura, visando identificar os objetivos, os procedimentos metodológicos e os principais resultados dos estudos encontrados.

## 6. RESULTADO E DISCUSSÃO

Por meio da busca dos descritores elegidos nos indexadores previstos, foi possível rastrear 420 artigos representativos dos principais achados referentes ao processo de prevenção da violência a criança, dos quais 414 foram descartados de acordo com os critérios de exclusão. Os 06 estudos selecionados apresentaram uma grande diversidade de eixos temáticos, metodologias de pesquisa. Dessa forma, procurou-se organizar os resultados da seguinte maneira: a) aspectos relacionados a violência doméstica; b) funcionamento do programa *AdultsandChildrenTogether* - ACT; c) prevenção da violência contra a criança, no que se refere aos cuidados. As informações referentes aos estudos analisados podem ser identificadas no esquema de Classificação dos artigos encontrados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, a seguir.



Esquema: Classificação dos artigos encontrados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Dentre os artigos selecionados, o mais antigo foi publicado em 2013 e o mais recente 2017. No que diz respeito ao lugar de publicação e método utilizado, podemos observar na tabela 1 seguir as informações.

AUTORES/ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO	TIPO DE REVISTA	LOCAL DO ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	RECURSOS UTILIZADOS	Nº DE AMOSTRAS
Renata Maria Coimbra Libório, 2013.	Violência sexual contra crianças e adolescentes: Contribuições da Psicologia no processo de prevenção	Psicologia	São Paulo	Refletir sobre práticas de extensão em escolas públicas municipais e estaduais voltadas a prevenção de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes.	Relato de Experiência	15 encontros de três horas, com discussão teórica e com a apresentação de filmes e documentários referentes ao tema do abuso sexual	25 profissionais da educação e 30 educadores sociais
Jéssica de Assis Silva, 2014.	ACT: Uma possibilidade de Prevenção Universal à Violência contra a criança	Dissertação de Mestrado	São Carlos-São Paulo	Descrever o programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros.	Revisão de Literatura	Levantamento de literatura tópicos bibliográfico	28 referenciais
Amilson Sandro De Barros, 2016.	Pais e violência contra Filhos: dimensões psicossociais e educativas sobre grupos a partir de experiências no CREAS	Tese de Doutorado	Irati-Paraná	Investigou a efetividade de uma proposta de intervenção psicossocial com pais em situação de violência contra os filhos.	Pesquisa Qualitativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento bibliográfico;</li> <li>Discussão teórica dos fundamentos psicossociais;</li> <li>Técnica de grupo focal para os pais.</li> </ul>	13 famílias
Antonio Jakeulmo Nunes; Magda Coeli Vitorino Sales, 2016.	Violência contra a criança no cenário brasileiro	Ciência & Saúde Coletiva	Teresina-Piauí	Caracterizar por meio das evidências científicas a violência infantil no cenário brasileiro	Revisão Integrativa da Literatura	Levantamento Bibliográfico	19 referencias
Jéssica de Assis Silva; Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2016.	Um estudo de caso com o Programa Parental ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros	Psicologia	São Carlos-São Paulo	Relatar um estudo de caso descrevendo uma intervenção feita a uma mãe com o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros	Estudo de caso	Inventário de Estilos Parentais e os instrumentos ASEBA (CBCL, ASR e ABCL) antes e após a intervenção e no follow up, além do Questionário de Avaliação do Programa ACT após o treino	2 adultos (Mãe e Pai).
Maria Salomé de Almeida Simões, 2017.	Formação Parental: Implementação do Programa ACT num grupo de pais da região centro de Portugal	Dissertação de Mestrado	Portugal	Aprofundar conhecimento sobre as temáticas da família/exercício da parentalidade e sobre a implementação de programas de formação parental.	Abordagem qualitativa e quantitativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento bibliográfico;</li> <li>Aplicação de questionários;</li> <li>Encontros com os pais.</li> </ul>	5 adultos; 7 crianças.

Tabela 1: Artigos selecionados para análise e categorização.

Na tabela acima, podemos observar os métodos utilizados pelos autores, em ordem crescente, são: um Relato de Experiência e uma Revisão de Literatura ambos publicados no ano de 2013; em 2016 foram achados uma Revisão Integrativa de Literatura, um Estudo de Caso e uma Pesquisa qualitativa; e em 2017 encontramos uma Revisão Teórica e pesquisa quantitativa.

As regiões aonde os trabalhos de Revisão Literária foram submetidos são de Teresina-Piauí, São Paulo e Região Centro de Portugal. Sobre o Relato de Experiência na cidade de São Paulo, Estudo de Caso na cidade de São Carlos- SP e na cidade de Irati-Paraná encontramos uma pesquisa de ordem qualitativa.

## 6.1.PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E SUA RELEVÂNCIA PARA UM DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL.

Barros (2016) salienta que, pesquisas demonstraram que a exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica pode trazer consequências múltiplas e severas às vítimas. Os estudos comprovaram que a violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo infanto-juvenil, interferindo negativamente no seu bem-estar e qualidade de vida, cujas sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (SÁ, CURTO E PAULA, 2009; HOHENDORFF, HABIGZANG, KOLLER, 2012; HOHENDORFF et al, 2012; MAIA, BARRETO, 2012; GARBIN, QUEIROZ, ROVIDA, SALIBA, 2012).

Segundo Nunes e Sales (2016), aviolência contra as crianças e os adolescentes pode ser entendida como uma forma grave de desrespeito aos direitos fundamentais, que é tratada como um fato natural ou como apenas um modo particular de os pais lidarem com os seus filhos, passando a ser considerada como um grave problema a de responsabilidade tanto do Estado, sociedade civil e principalmente das próprias famílias.

Chauí (1999) apud Libório (2014) explica que uma característica da violência é a transformação de sujeitos desejantes e racionais em meros objetos, explicitando a força das relações de poder assimétricas que sustentam as manifestações de violência sexual. Em suas palavras:

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (CHAUÍ<sup>5</sup>, 1999, s.p).

Segundo Barros (2016) de maneira geral, os artigos que discorreram sobre a questão da intergeracionalidade da violência doméstica contra crianças e adolescentes intentaram dissolver a aparência de naturalidade desse fenômeno, mostrando que sua utilização pelos pais com o intuito de disciplinar sua prole, é uma criação humana mutável e que intervenções e atendimentos em uma abordagem familiar tornam-se necessárias para esse fim (MATIAS, 2006; PATIAS, SIQUEIRA, DIAS, 2012;

---

<sup>5</sup> LIBÓRIO (2014), p. 126.

COSTA, JUNQUEIRA, MENESES, STROHER, 2013), assim como mais estudos científicos sobre essa temática e formas de intervenção (WEBER, VIEZZER, ZOCHE, et al 2002).

Concordamos com Weber, Viezzer e Brandenburg et al (2004) apud Barros (2016), de que para haver transformações graduais nas interações violentas dos pais para com seus filhos é fundamental o conhecimento de outras formas mais eficazes de educar as crianças, a fim de proporcionar a elas maneiras adequadas de interação e de habilidades sociais.

## 6.2. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO COM AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS.

Organização Mundial de Saúde (OMS) – *World Health Organization*(2009), fez um apelo no sentido de prevenir dificuldades comportamentais e violência infantil por meio do desenvolvimento de relações saudáveis entre crianças e seus cuidadores. Nesse sentido, os programas parentais têm sido designados a fornecer suporte por meio do treinamento de habilidades parentais para garantir o bem-estar da criança (MEIJA; CALAM; SANDERS, 2012 apud SILVA, 2014).

Entende-se, portanto, a família enquanto lugar por excelência de desenvolvimento do ser humano. Cabe a este propósito dar nota das palavras do diretor da Saúde Materna da Organização Mundial de Saúde (OMS), Anthony Costello, no Relatório Ação Global para a Saúde dos Adolescentes: Orientações para aprovar a implementação nacional, referente ao ano 2015, no sentido de prevenir as principais causas de morte evitáveis entre os adolescentes, referia que “os pais, as famílias e as comunidades são extremamente importantes, pois têm o potencial para influenciar positivamente o comportamento e a saúde dos adolescentes” (Agência Lusa, 2017 apud SIMÕES, 2017).

Nos programas de formação parental é fundamental, no parecer de Prada & Williams (2010), uma ação focada no comportamento dos pais, porque se crê que esta pode ter um impacto positivo nos relacionamentos que se estabelecem no seio familiar, e até ao nível pessoal. Outros autores reforçam que os programas parentais promovem melhoramentos nas relações entre os progenitores, aumentam a confiança e reduzem o

stress dos pais e diminuem a depressão materna (COWAN et al., 2011; GROSS et al., 2003; SANDERS; MCFARLAND, s.d. citado por SIMÕES, 2017).

De acordo com Garcia (2012), para se atingir a eficácia nas intervenções, o trabalho realizado com os pais deve considerar as condições socioculturais típicas do contexto em que suas famílias estão inseridas. Nesse sentido, o diálogo e o respeito às diferenças são características importantes para o desenvolvimento de um bom trabalho com os pais e a comunidade (BARROS, 2016).

O trabalho de intervenção com pais é apontado pela literatura como estratégia fundamental à redução e prevenção da violência doméstica e de problemas de comportamento infanto-juvenil. De acordo com alguns autores, o desenvolvimento dessa forma de intervenção oferece a possibilidade de a família resgatar o respeito mútuo na relação pais e filhos, e serve de suporte social para os participantes dos grupos de pais( ALMEIDA, 2005:RIOS; WILLIAMS, 2008; COSTA; PENSO; RUFFATO, 2006 apud BARROS, 2016).

Nas pesquisas realizadas por Barros (2016) em relação a grupos de pais e cuidadores, ele destaca as seguintes propostas para os encontros: oportunizar o diálogo em torno do entendimento da influência dos pais no processo de educação e desenvolvimento cognitivo, físico e emocional dos filhos, problematizando a necessidade de interromper o ciclo da violência familiar e suscitando reflexões de novas práticas parentais, produzir um movimento de transformação nas relações parentais, refletir a violência nas relações familiares, contribuir para o processo de conscientização entre os participantes, romper com práticas de repasse de conteúdos transmitidos de maneira tecnicista e moralizante, e pautados em orientações e discursos adaptacionistas, possibilitar a interação entre os pais dando-lhes voz e vez, para falar de suas necessidades, seus sofrimentos e limitações no exercício da parentalidade. Nesse sentido, o diálogo e o respeito às diferenças são características importantes para o desenvolvimento de um bom trabalho com os pais e a comunidade.

Os resultados dessa modalidade de intervenção revelaram uma melhor compreensão dos adultos de seus deveres e cuidados com seus filhos e com as crianças da comunidade, possibilidades de intervenção nas dificuldades conjugais, reconstrução das relações pais e filhos e a compreensão da intergeracionalidade da violência doméstica (COSTA, PENSO e ALMEIDA, 2005 apud Barros, 2016).Partindo desta ideia, os estudos de García et al (2009) e de Quingostas (2011) destacaram que os programas de intervenção parental de formação e apoio aos pais e às famílias em

situação de risco psicossocial devem ter entre seus princípios pelo menos a possibilidade de intercâmbio de experiências entre pais e mães, primando por uma metodologia ativa que seja baseada na reflexão e análise das práticas educativas adotadas pelos participantes dos grupos (BARROS, 2016).

### 6.3.IMPORTÂNCIA DA REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

Segundo Barros (2016), entendemos por rede de apoio social a articulação e interação solidária e cooperativa que se estabelece entre pessoas ou grupos, por conta de objetivos ou necessidades comuns, e que possibilitam apoio afetivo e suporte de proteção a quem dela participa. assegurando-lhes o fortalecimento do processo de autonomia e de conscientização (MONTERO, 2006; FREIRE, 2013b; 2005; FREITAS, 1998, 2012, 2014; MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004).

A influência da rede de apoio social e afetiva para a superação de situações de violência configura-se como mais um fator de prevenção e de possibilidade de criação de um espaço de reflexão e conscientização sobre o uso da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Entendia por alguns autores, como sendo o conjunto de pessoas, instituições e profissionais que são significativos para o relacionamento e desenvolvimento socioemocional do indivíduo e da família (COSTA, PENSO E ALMEIDA, 2005; NEVES, CASTRO, HAYECK, CURY, 2010; ROSA e LIRA, 2012; CAMPANA, ANDERY, MARIN, 2013; SOARES, PENSO, 2014 apud BARROS, 2016).

Barros (2016) baseado em estudos realizados por Freitas (2003, 2004, 2005, 2010, 2012, 2014; Zonta, 2010) e Montero (2010), afirma que o trabalho de intervenção psicossocial possibilita a formação e identificação de uma rede de apoio social e afetiva entre os participantes, permitindo-lhes um processo libertador que colabora para que eles desenvolvam um sentido de si mesmo e de sua relação com o mundo, de forma mais consciente e crítica possível. Nestes espaços coletivos, conhecimentos são compartilhados e refletidos de forma a possibilitar o fortalecimento das pessoas, do grupo e da comunidade. Assim, temos o entendimento, de que a formação de uma rede de apoio social e afetiva construída nos trabalhos com os grupos de pais, bem como no

atendimento articulado e qualificado entre os serviços que compõem a rede de proteção, contribuem para o processo de conscientização que indiscutivelmente pode proporcionar relações interpessoais e cotidianas mais justas e dignas entre pais e filhos.

Segundo Silva (2014) ao longo de seu desenvolvimento, o programa ACT tem conseguido disseminar os achados da psicologia sobre desenvolvimento infantil, impacto da mídia sobre a vida das crianças e prevenção da violência, a partir do treinamento de profissionais e divulgação dessas informações a adultos importantes na vida da criança, com a participação ativa da comunidade, tendo sucesso, como corroborado por dados de estudos de avaliação de sua efetividade.

O Programa ACT - *Para Educar Crianças em Ambientes Seguros* - propõe como os seguintes objetivos gerais para cada sessão (SIMÕES, 2017):

- “Ajudar os pais/cuidadores a aprender elementos básicos do desenvolvimento infantil e como responder adequadamente aos comportamentos dos filhos” (p.33);
- “Ajudar os pais a entender como as crianças podem estar expostas à violência e as consequências que isso terá nas suas vidas” (p. 51);
- “Ajudar os pais a aprenderem a controlar e lidar com a raiva” (p. 69);
- “Ajudar os pais a entenderem os sentimentos de raiva das crianças e a aprender com ensiná-las a controlar a raiva” (p. 83);
- “Ajudar os pais a entenderem o impacto da mídia eletrônica no comportamento dos filhos e dar opções sobre como reduzir a exposição das crianças” (p. 97);
- “Ajudar os pais a entenderem que a forma como educam os seus filhos tem um impacto sobre o comportamento deles por toda a vida” (p. 113);
- “Ensinar os pais como prevenir comportamentos difíceis e como usar formas positivas de disciplinar as crianças” (p. 131);
- “Ajudar os participantes a se darem conta do que aprenderam com o programa, e que já os está ajudando a realizar seus sonhos para seus filhos. Encorajar os participantes a usar em casa e na comunidade as ferramentas que aprenderam. Reforçar nos pais seu papel de professores, protetores e defensores de seus filhos” (p. 147).

Pomerantz et al (2006) apud Barros (2016) observaram, por exemplo, que pais que passaram por programas de treinamento parental aumentaram suas competências parentais com práticas que melhoraram o desempenho acadêmico, emocional, interpessoal e intrafamiliar dos filhos. Esses são resultados que vão ao encontro de estudos realizados por Lunkenheimer et al (2008); Burstein; Ginburg, (2010); Morawska; Sanders (2009).

De acordo com Montero (2006) apud Barros (2016), a afetividade positiva entre as pessoas é, em muitos momentos, o que favorece o início de um trabalho psicossocial com significativa participação dos sujeitos. Ao propiciar relações solidárias e o reconhecimento de necessidades comuns, o trabalho psicossocial, balizado pelo afeto, contribui para o sentido de proteção e o fortalecimento de redes de apoio que cumprem a tarefa de fazer com que as pessoas se importem umas com as outras e juntas busquem movimentar estratégias para satisfazer as necessidades sentidas. Esse movimento é transformador.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho, teve como objetivo contribuir para ampliar o conhecimento em relação à prevenção da violência contra crianças e adolescentes, através do programa *AdultsandChildrenTogether* - ACT e de outros teóricos que evidenciam a eficácia de grupos de educação parental como instrumentos de intervenção em relação a violência doméstica. Por meio de uma revisão bibliográfica, investigamos o fenômeno violência infantil e como ela influencia na questão do desenvolvimento, a relevância da psicoeducação para empoderar pais e responsáveis para orientar filhos de forma saudável e autônoma e a importância de uma rede de apoio às famílias para dar suporte e instrumentos que possibilitem uma relação familiar mais saudável e harmoniosa.

O programa ACT, é eficaz, pois apresenta estratégias preventivas em relação à educação de crianças. Um material bem elaborado, organizado e com instrumentos diversos que facilitam a aprendizagem. Seu conteúdo é de fácil entendimento para os diversos públicos na questão de níveis de escolaridade, e nos grupos onde ele foi aplicado, segundo os autores citados, obteve uma grande aceitação. Ressalto, que o ponto forte do Programa foi a seleção altamente relevante de temas para se pensar na dinâmica do contexto familiar que resultaram em relatos sensibilizados acerca da importância dos conteúdos. Perceber nos relatos dos pais, mudanças na forma de resolver conflitos sem o uso da violência, na maneira de se relacionar e ver os filhos como crianças em desenvolvimento e período de aprendizagem em relação à vida, evidenciam sua eficácia. O programa incentiva a troca de vivências que estimulam, e muito, os pais, pois percebem que não estão sozinhos neste desafio e que tem um grupo com questões em comum, que é a educação dos filhos para que sejam felizes e saudáveis.

As pesquisas analisadas ressaltaram a importância e urgência em efetivar programas de prevenção primária à violência no contexto brasileiro. Os autores destacam o quanto as crianças precisam de suporte de seus pais para crescerem fisicamente, socialmente e cognitivamente sem prejuízos e sem sonhos interrompidos. A violência afeta a criança em sua autoestima, em seu autoconhecimento e em sua competência social, dificultando muito sua interação com o mundo. A violência contra as crianças é uma forma grave de desrespeito, e a intervenção com os pais é estratégia fundamental para a redução deste cenário.

Violência infantil configura-se como um fenômeno multifatorial e por este motivo torna-se um tema de grande desafio da contemporaneidade, então surge a necessidade para enfrentamento desta realidade. Precisamos de mais estudos sobre a temática da violência e mais formas efetivas de intervenção. Torna-se fundamental que aos pais sejam disponibilizadas ferramentas eficazes para educação de crianças, através dos dispositivos de Saúde Pública.

Á partir dos contextos apresentados, este trabalho propôs sinalizar o grande desafio que temos como profissionais da Saúde de participar ativamente como

intercessores da criança que é vítima da violência, buscou trabalho interdisciplinar e em rede que dê suporte, tanto teórico como prático, deste fenômeno social.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDURA, A. *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ.: Prentice Hall. 1977.

BARROS, Amailson Santos de. Pais e violência contra filhos: dimensões psicossociais e educativas sobre grupos a partir de experiências no CREAS. 2016.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Trad. Maria Adriana Verissimo Veronese. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOECKEL, Mariana; WAGNER, Adriana; KLUWE-SCHIAVON, Bruno; CAMARGO, Jéssica; GRASSI-OLIVEIRA, Rodrigo. Família, estresse e aspectos neurocognitivos: um modelo desenvolvimental. In: Malloy-Diniz et al. (Orgs). *Neuropsicologia do desenvolvimento: Infância e Adolescência*. Porto Alegre. Artmed, 2016.

BOLSONI-SILVA, A. T. (2007). Intervenção em grupo para pais: Descrição de procedimento. *Temas em Psicologia*, 15(2), 217-235.

d

CAPRETZ BATISTA DA SILVA, Nancy et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2008.

CIRCE; SALCIDES, Petersen. *Terapias Cognitivo-Comportamentais para Crianças e Adolescentes*. Ciência e Artes, 2011.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Silvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo*, v. 8, n. 2, p. 45-54, 2003.

DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: uma análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, p. S177-S187, 1994.

DE SOUZA, Marcela Tavares; DA SILVA, Michelly Dias; DE CARVALHO, Rachel. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-6, 2010.

FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica M.. Trabalhando com pais . In: FRIEDBERG, Robert D.; MCCLURE, Jessica M.. **A prática clínica de Terapia Cognitiva com adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Cap. 14. p. 231-249. CRISTINA MONTEIRO.

GONÇALVES, Hebe; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. 2002

KOLLER, S. H. (1999). Violência doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (Org.). *Violência doméstica* (32-42). Brasília: UNICEF.

KNOX, M., BURKHART, K., HOWE, T. (2011). Effects of the ACT Raising Safe Kids parenting program on children's externalizing problems. *Family Relations*, 60, 491-503.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Violência Sexual contra crianças e Adolescentes: contribuições da Psicologia no processo de prevenção. *Psicologia Ensino & Formação*, v. 4, n. 2, p. 119-139, 2013.

MAIA, Joviane Marcodelli; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e Fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em psicologia*, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.

MENDES K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **TextoContextoEnferm**, Florianópolis, 17(4): 758-64, Out-Dez 2008.

MIGUEL, Jessica J; HOWE, Tasha R. Implementing and evaluating a national early violence prevention program at the local level: Lesson from ACT (Adults and children together) against violence. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology*, v. 2, p. 17-39, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, p. 7-23, 1999.

MINAYO, M. C. S. (org.). A pesquisa qualitativa. Em: M. C. S. MINAYO. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 871-880, 2016.

PETERSON, Circe Salcides; WAINER, Ricardo (Org.). Habilidades sociais na infância: avaliação e intervenção com as crianças e seus pais. In: PETERSON, Circe Salcides et al. **Terapias cognitivo-comportamental para Crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 2. p. 46-61.

SADIGURSKY, C. A.; MAGALHÃES, M. L. Violência sexual: aspectos psicossociais e clínicos. In: RONALD, Pagnoncelli; COSTA, M. C. O. (Org.). *Adolescência: aspectos físicos e psicossociais*. Porto Alegre: ArtMed, 2002. p. 419-438.

SIMÕES, Maria Salomé de Almeida. Formação parental: implementação do programa ACT num grupo de pais da região centro de Portugal. 2017. Tese de Doutorado.

SILVA, J. M; RANDALL, A. (2005) Giving Psychology away: Educating adults to ACT against early childhood violence. *Journal of Early Childhood & Infant Psychology*, 1, 37-43.

SILVA, Jéssica de Assis et al. ACT: uma possibilidade de prevenção universal à violência contra a criança. 2014.

SILVA, Jéssica de Assis; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Um Estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 743-755, 2016.